



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005064-66.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Vinicius Cipriano Klein**
 Requerido: **Viação Itapemirim S.A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor, estudante do curso de Engenharia Aeronáutica da Universidade de São Paulo (*Campus* de São Carlos), alegou ter adquirido passagens de ônibus junto às rés para ir de São Paulo a Cachoeiro de Itapemirim/ES, de onde rumaria em ônibus intermunicipal para sua cidade natal, Venda Nova do Imigrante/ES.

Alegou que tencionava aproveitar o recesso de Páscoa da universidade para obter documentos necessários para formular um pedido de bolsa, bem como para participar de encontro familiar.

Salientou que saiu de São Paulo às 18h:30min de 20/03/2016 (deveria chegar a Cachoeiro de Itapemirim/ES por volta de 06h:30min de 21/03/2016 e na sequência a Venda Nova do Imigrante/ES aproximadamente às 09h:30min), mas o ônibus em que estava apresentou problemas mecânicos na cidade de Queluz/SP, de sorte que permaneceu por mais de três horas no aguardo de outro para substituí-lo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em virtude disso, chegou a Cachoeiro de Itapemirim/ES por volta de 13h e em Venda Nova do Imigrante/ES apenas às 17h:30min. Almeja ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A preliminar arguida pela ré **VIAÇÃO ITAPEMIRIM S/A** entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

A ré **VIAÇÃO CAIÇARA LTDA.** admitiu em contestação o problema no ônibus que o autor ocupava, ressaltando que foi sanado em menos de três horas (fl. 76, último parágrafo).

Mesmo que possa haver alguma divergência em relação a isso, e ainda que se acolha no particular a explicação do autor, não detecto que a espécie vertente atine a danos morais passíveis de reparação.

Em primeiro lugar, nada nos autos faz crer que o problema mecânico do ônibus tenha promanado de falta de cuidados em sua manutenção.

Outrossim, é incontroverso que a demora ocorrida aconteceu no período da noite e mesmo provocando natural desconforto no autor não foi teve a relevância que ele lhe emprestou.

Não vislumbro a partir daí abalo de vulto ao autor, tanto que os diálogos mantidos entre ele e seu genitor não são próprios de quem estivesse passando por grande angústia (fls. 23/27).

Como se não bastasse, a circunstância dos fatos noticiados se passarem durante o recesso de Páscoa da universidade em que estuda o autor denota que ele teve condições de aproveitar os dias restantes da semana para cumprir as atividades que tencionava.

Dessa forma, conquanto tenha como existente o dissabor do autor, não o tomo como suficiente para render ensejo a dano moral.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo recentemente apreciou caso semelhante ao presente, assim definindo:

“APELAÇÃO – AÇÃO CONDENATÓRIA – QUEBRA DE ÔNIBUS EM ESTRADA E ATRASO DE 3 HORAS – INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL – O tempo de espera para o socorro prestado ao autor e demais passageiros do ônibus que apresentou o defeito durante a viagem, de aproximadamente três horas, jamais poderia redundar no reconhecimento de um dano moral passível de ser indenizado. Tratou-se, quando muito, de um mero aborrecimento ao qual estão sujeitos todos aqueles que na vida moderna viajam com empresas de transporte de pessoas pelas rodovias de nosso país. Além disso, o autor não é idoso e aparentemente goza de boa saúde, de sorte que o tempo de espera apontado para a solução do problema enfrentado por óbvio que não lhe causou qualquer abalo psíquico ou físico. Assim, não é todo transtorno ou incômodo que dá ensejo ao reconhecimento moral passível de ser reparado. Este



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

deve ser de tal intensidade que provoque humilhação ou vexame, considerável abalo psíquico, intensa tristeza e dor na alma, detalhes esses que definitivamente não se enquadram na narrativa dos fatos constantes da inicial. – ART. 252, DO REGIMENTO INTERNO DO E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Em consonância com o princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, inc. LXXVIII, da Carta da República, é de rigor a ratificação dos fundamentos da r. sentença recorrida. Precedentes deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. – SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO”. (Apelação nº 1008195-32.2014.8.26.0562, 38ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **EDUARDO SIQUEIRA**, j. 17/06/2016 - grifei).

Essa posição *mutatis mutandis* aplica-se com justeza à definição deste feito, rejeitando-se bem por isso a pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**